

FECULARIAS: INDUSTRIALIZAÇÃO E RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO EXTREMO-SUL E SUDESTE/MS

STARCH FACTORIES: INDUSTRIALIZATION AND RELATIONS OF PRODUCTION IN THE FAR SOUTH AND SOUTHEAST / MS

Ucleber Gomes Costa

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD

uclebergomes@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar as características do espaço geográfico produzido pela e para atividade produtiva da mandioca – composta pelo cultivo e industrialização da mesma – na porção Sudeste e Extremo-Sul de Mato Grosso do Sul. Sobre o cultivo, procura-se compreender as relações de produção estabelecidas entre agricultores, fecularias e a pressão gerada pelo setor da cana de açúcar. A industrialização delimita o funcionamento das fecularias localizadas nos municípios de Ivinhema, Naviraí, Deodápolis, Glória de Dourados, Novo Horizonte do Sul, Mundo Novo, Sete Quedas, Itaquiraí, Tacuru, Coronel Sapucaia, Cassilândia e Anaurilândia, portanto, alguns municípios na linha de fronteira Brasil/Paraguay. A comercialização recorta a inserção dessa produção no mercado nacional a partir da valorização da fécula pela indústria alimentícia.

Palavras-chave: Fecularias; Industrialização; Relações de produção; Comercialização; Consumo.

ABSTRACT

This study has to investigate the characteristics of geographical space produced by and productive activity of cassava - composed by cultivation and industrialization of the same - the portion Southeast and Far South Mato Grosso do Sul. About culture, we seek to understand the production relations established between farmers, potato starch and the pressure generated by the sugar cane industry. Industrialization delimits the functioning of starch factories located in the municipalities of Ivinhema, Naviraí, Deodápolis, Glória de Dourados, Novo Horizonte do Sul, Mundo Novo, Sete Quedas, Itaquiraí, Tacuru, Coronel Sapucaia, Cassilândia and Anaurilândia, therefore some municipalities in line the border Brazil / Paraguay. The sale cuts the insertion of this production in the domestic market from the recovery of starch by the food industry.

Key-words: potato starch; Industrialization; relations of production; marketing; consumption.

INTRODUÇÃO

Como desdobramento, pretende-se produzir elementos para a compreensão neste trabalho do impacto provocado pela ação de agentes econômicos ligados ao agronegócio no Estado de Mato Grosso do Sul, especialmente na porção regional Sudeste e extremo-Sul do Estado, que se configura como a segunda maior concentração de feculares e de produtores de matérias-primas do país, sendo que o Estado do Paraná é o primeiro em concentração de feculares e de produtores de matérias-primas (ABAM, 2011).

Nosso ponto de partida teórico pauta-se pela categoria da formação socioespacial, categoria que tem base na tradição marxista, a partir da FES (Formação Econômica e Social) e foi aperfeiçoada por Santos em 1977. Para Santos (2008), modo de produção, formação social e espaço, são categorias interdependentes, assim, para se ter ideia do todo sem desconsiderar as partes - pois o modo de produção capitalista se reproduz de forma diferente em espaços diversos - visto da dialética que se constitui entre a ordem global e a ordem local no espaço, que conforme indicado por Santos (2008, p. 34) “o espaço impõe a cada coisa um conjunto particular de relações porque cada coisa ocupa um dado espaço”. Assim, “O modo de produção seria o ‘gênero’ cujas formações sociais seriam as ‘espécies” (SANTOS, 2008, p. 26). Por considerarmos que o modo de produção não se reproduz de forma padronizada, conforme indicou Milton Santos, devido às particularidades da formação social e as particularidades do espaço serem determinantes e, portanto, interdependentes, assim pensamos o nosso estudo pela formação sócio-espacial para mostrar as particularidades da mandiocultura, principalmente a destinada a produção de fécula do Estado de Mato Grosso do Sul.

Também por considerarmos que o (...) “modo de produção se expressa pela luta e por uma interação entre o novo, que domina, e o velho” (SANTOS, 2008, p. 28). As formas sociais e as técnicas antigas impõem resistência às novas formas e técnicas que procuram se expandir e se acomodar dentro do modo de produção, assim, os lugares caracterizam-se por diferentes condições técnicas e pelo acúmulo desigual de tempos. O principal é que esse modo de produção não se reproduz por igual em todos os lugares. Nisso está a riqueza da categoria, em não homogeneizar processos.

No Mato Grosso do Sul, nos últimos anos com mais evidência, há relações e permanências históricas que buscamos na revisão bibliográfica como forma de compreender a constituição da atividade feculeira.

No Sul do Estado, um importante registro deve ser creditado ao reconhecimento dos impactos nas comunidades indígenas que Brand (1993) chamou de confinamento dos indígenas no Estado. Sem esquecermos que isso foi fomentado pelo Estado brasileiro, sobretudo com os militares no poder, que incentivaram a migração de nordestinos, sulistas e sudestinos ao Estado de Mato Grosso do Sul, visando à racionalização do espaço aos moldes capitalistas. Já para Fabrini, que estudou a posse da terra e o sem-terra no Sul de Mato Grosso do Sul em Itaquiraí, registra que no Sul do Estado houve a ocupação da fazenda Itasul, e observa que a partir dessa ocupação e da formação do assentamento, os pequenos proprietários de terra tiveram a possibilidade de vender sua produção, ou excedente de sua produção, para pequenas indústrias que nasceram ao meio desse processo como laticínios e feculares (FABRINI, 1996, p.167).

O Sul do Estado tem heranças espaciais do modelo desenvolvimentista pretérito, teve política de assentamento de trabalhadores na terra por iniciativas públicas e privadas, que se formou um contingente também de pequenos proprietários de terras. Essa particularidade fez com que a agricultura estivesse presente, ainda que compartilhando espaço com algumas áreas de pecuária extensiva, conferindo uma

formação que aglutina produção familiar / assentamentos / populações indígena, em um conjunto propício para a expansão do cultivo da mandioca. Isso ajuda a entender a instalação das feculares na porção Sul do Estado. A formação de assentamentos é também fruto da lógica do capitalismo no campo de forma desigual e combinada, que gera relações não capitalistas, mas incorporadas ao sistema (OLIVEIRA, 2004).

Segundo Mizusaki (2009, p. 60), a apropriação fundiária de Mato Grosso do Sul expressa sua configuração das atividades e do desenvolvimento. Nos espaços que foram constituídos por latifúndios com extensão maior que 1.000 ha, desenvolveu-se a pecuária, e em menor quantidades a produção de soja e cana de açúcar. Nas propriedades de médio porte, entre 100 a 1.000 ha, desenvolveu-se a pecuária e as culturas agrícolas da soja e do trigo, e já nos minifúndios, principalmente nas áreas de colonização oficial com extensões menos de 100 ha (que é em essência a realidade do Sul do Estado, portanto de nosso caso de estudo), desenvolveu-se as atividades relacionadas às culturas do arroz, feijão, mandioca, soja, a pecuária leiteira e também a agroindústria de aves e suínos.

O Estado, em conjunto com a iniciativa privada, foi decisivo em fomentar esse modo industrial de produzir e na formação de condições propícias para que os camponeses produzissem matéria-prima para a indústria. As feculares assim como outras indústrias foram atraídas por incentivos e por acharem também possibilidade de retorno imediato no Mato Grosso do Sul. De acordo com Le Bourlegat et al (2004), principalmente o Sudeste de Mato Grosso do Sul foi alvejado pela colonização sulista, sobretudo de agricultores paranaenses e catarinenses, por um processo de avanço de fronteiras agrícolas, desde as décadas de 1950 e 1960 com mais intensidade a partir de 1970/80 do século XX. Esses migrantes traziam consigo a tradição de cultivar a mandioca para fins industriais, hábito esse adquirido em suas trajetórias vividas em seus estados de origem. As experiências inovativas do negócio da fécula a partir de 1980 no Estado do Paraná devido sua proximidade com o Sudeste de Mato Grosso do Sul, proporcionou investimentos capitalistas tanto para plantação de mandioca destinada à produção de matéria-prima, quanto investimentos na instalação de novas plantas industriais feculeiras.

Nossos procedimentos de pesquisa partiram de revisão bibliográfica, a partir da qual resgatamos a história do processo de ocupação regional, nos colocamos em contato com trabalhos que analisam os arranjos produtivos da mandioca, as relações de produção e de mercado. A pesquisa bibliográfica proporcionou, também, o entendimento do desenvolvimento da industrialização brasileira e da evolução e caracterização atual das feculares, quais suas relações territoriais em nível global, e nacional.

Nossa opção foi realizar o levantamento de dados de campo para nos aproximarmos do objeto de pesquisa e conseguirmos delimitar nosso objetivo de investigação.

A pesquisa de campo teve início com uma visita à SEPROTUR (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo) em 1º de junho de 2010, com a orientadora e dois colegas do grupo de pesquisa. Nesta visita realizamos um levantamento de dados iniciais para posterior identificação e localização das plantas fabris feculeiras. Nesta visita fomos atendidos pelo Secretário da Cadeia Produtiva da Mandioca de Mato Grosso do Sul que nos forneceu relatório com algumas informações sobre as feculares no Estado. Aplicamos questionários em 30 agricultores que estavam entregando suas produções de raiz de mandioca às feculares instaladas nos municípios de Deodápolis, Glória de Dourados e de Ivinhema/MS, entre os meses de junho a julho de 2011.

As relações de produção (e subordinação) entre agricultores e fecculárias serão compreendidas com o suporte teórico de Oliveira (1991) e Martins (1991). As formas de organização na agricultura estão amparadas e firmadas no conceito de agricultura familiar com suporte teórico de Abramovay (1998), que defende uma maior coordenação da agricultura pelo Estado com o papel de subsidiar os produtos consumidos internamente no mercado doméstico.

A discussão sobre a renda da terra foi fundamentada com suporte teórico de Oliveira (1988) e Martins (1991, 1995), e fizemos o trabalho de campo também relacionado à renda da terra, o preço da terra e sua alteração com a entrada da monocultura de cana de açúcar nos anos mais recentes no estado de Mato Grosso do Sul. Para isso contatamos “marreteiros” (pessoas que negociam terras com a compra e a venda) da região e também o preço do arrendamento que está relacionado com o preço da terra, no mês de agosto de 2011. Além disso, ainda investigamos os tipos de renda da terra detida como fração pelos arrendatários dos rendeiros, na qual aparecem à renda da terra capitalista e a renda não-capitalista.

1.2 Contextualização da mandioca frente a outras culturas agrícolas e sua espacialização no estado de Mato Grosso do Sul

Atualmente, além de ser consumida *in natura*, a mandioca serve de matéria-prima para diversos ramos industriais, destacando-se três: um ligado às farinhas, outro, às fecculárias, e, mais recentemente, o ramo dos amidos chamados modificados.

A porção meridional do Mato Grosso do Sul apresenta espaço de produção ocupado e produzido pela soja, pecuária extensiva, agroindustrialização de aves e suínos e, mais recentemente, pela cana de açúcar para produção de açúcar e álcool. No Mato Grosso do Sul, a indústria apresenta ocupação esparsa, com predomínio de pequenas e médias unidades e maior concentração em torno da capital, Campo Grande. Trata-se de uma estrutura industrial pouco verticalizada, que não configura como a principal formadora do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado.

Este setor mandioqueiro é tradicionalmente operado juntamente com as empresas fecculeiras, por pequenos e médios agricultores, muitos deles em caráter familiar. Diferentemente do grande agronegócio (no qual predominam soja, cana de açúcar e pecuária), caracterizado por elevados montantes de investimento e inserção no comércio exterior, as fecculárias são oportunidade de geração de renda e emprego para uma quantidade significativa de famílias com fragilidade econômica e em relação ao uso da terra.

A configuração atual da estrutura fundiária de Mato Grosso do Sul está vinculada ao início das políticas do “Estado Novo” de nacionalizar as terras e seus desdobramentos. Segundo Mizusaki (2009):

Podemos destacar a criação do Território Federal de Ponta Porá (Decreto-Lei nº. 5.812, em 13/09/43; a criação da CAND (Colônia Agrícola Nacional de Dourados), a partir de 1943, onde foram distribuídos lotes rurais de 6.500h a camponeses sem-terra, vindos principalmente do Nordeste; a proibição, no ano seguinte, da Cia. Mate Laranjeira de continuar explorando a área ervateira, que chegou a 5.000.000 de ha no sul do Estado. Posteriormente, a partir da década de 1950, com a chamada “Marcha para o Oeste” verifica-se a atuação de empresas privadas como, por exemplo, a Companhia Viação São Paulo –

Mato Grosso, Companhia Moura Andrade e Companhia Melhoramentos e Colonização S.A. (SOMEÇO), que vendem lotes de terras aos colonos (já com um certo poder aquisitivo), vindos principalmente do Sul e do Sudeste do país, atraídos pelo baixo preço da terra.

Para Mizusaki (2009, p. 54), “Essas colônias e os loteamentos realizados pelas empresas citadas foram fatores que contribuíram para a presença na região, ainda nos dias de hoje, de núcleos de propriedades inferiores a 100 ha.” Encontramos aqui uma das origens das pequenas propriedades que produzem mandioca, aves, feijão, milho, etc., considerando seu tamanho.

Segundo Le Bourlegat *et al* (2004):

Diferente do restante do Estado, em que as grandes e médias propriedades constituem modelo dominante, o Sudeste de Mato Grosso do Sul, por motivos estratégicos relacionados à ocupação de faixas de fronteira, desde a década de 30 do século XX, tem sido alvo constante de projetos de assentamento agrícola, por iniciativa estatal e de empresas de colonização. Resultou em um segmento territorial do Estado, caracterizado pela predominância da pequena produção familiar com uma policultura do tipo mercantil, na qual a mandioca aparece como um dos cultivos mais tradicionais, destinada tanto à subsistência como ao mercado, apresentando preços convidativos às feculares.

A ocupação feita no Estado pelo não-índio ganhou corpo baseada na pecuária extensiva, tendo amparo dos grandes latifúndios nas áreas de campos limpos, visto que, nas áreas de mata, os trabalhadores migrantes ocupantes das colônias públicas e privadas desmatavam e cultivavam culturas relacionadas à economia de excedentes e de subsistência, como o milho, o arroz, o feijão e a mandioca. Posteriormente, nas áreas de latossolo roxo, abrangendo as regiões de Campo Grande e a de Ponta Porã, o café teve seu espaço em cerca de 50 anos, quando veio a entrar em decadência nos anos de 1960 (MIZUSAKI, 2009, p.55).

A pecuária melhorada se desenvolveu no Sul do Estado a partir de 1950 e 60 em áreas de mata desbravadas por migrantes nordestinos e ganhou maior intensidade depois de 1970 com grandes extensões de pastagens. Para João Edimilson Fabrini (1996, p.9:10):

(...) É neste momento que a terra é ocupada e explorada para fins produtivos com a atividade pecuária, logo após a derrubada das matas; é, também, este o momento inicial do surgimento do trabalhador sem terra, pois a maioria deles partiu de regiões “velhas” para trabalhar na derrubada das matas e formação de pastagens, como peões e arrendatários, e por isso tiveram acesso prioritário à terra, já que deveriam deixar o lote após a formação das pastagens, quando arrendatários; e, quando peões, não mantinham nem mesmo esse vínculo.

O serviço de meeiro era muito utilizado nesse período, visto que, após a derrubada da mata, o trabalhador ganhava a cedência da terra para plantar por cerca de dois a três anos, repartindo a produção com o dono da terra. A estratégia era de não pagar salário ao trabalhador ao ceder a terra para que ele plantasse. Desta forma, o proprietário angariava a renda da terra e depois plantava pastagens.

Com o clima, solos e terrenos propícios ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, a economia de Mato Grosso do Sul teve o desenvolvimento da agroindústria, contando, além disso, com a localização próxima aos principais centros consumidores do país, especialmente as regiões Sudeste e Sul.

Segundo Oliveira (2003, p. 38):

Ao nascer de fato, em 1º de janeiro de 1979, o Mato Grosso do Sul configurou-se como filho da política de incentivos a exportação. Isto é produto direto do financiamento estatal ao setor agropecuário visando a exportação; como também é fruto da crise do petróleo e da tentativa de sua substituição pelo álcool.

Sobre a industrialização de Mato Grosso do Sul, Oliveira (2003) concluiu que a primeira etapa da industrialização do Estado se deu a partir de 1980, quando ocorreu a instalação da máquina administrativa e o aumento da população nas cidades, atraindo o interesse de comerciantes e pequenos investidores que observavam vantagens com retorno em curto prazo no Estado, ao contrário de outros estados da região Sul e Sudeste, onde a produção industrial estava reduzindo. Em vista desta retração industrial nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, as fábricas que estavam operando com capacidade ociosa foram transferidas em boa parte para o Mato Grosso do Sul.

Em relação ao conjunto das maquinarias que veio para o Estado, podemos destacar que, como evidencia Oliveira (2003, p.43), “(...) eram de segunda mão (...) dos estados do Sudeste e Sul, provenientes, no geral, de falências ou de esgotamento do produto em que se trabalhavam, ou de sucateamento”.

Foi em 1978 que surgiu a primeira fecularia do Estado no município de Ivinhema. As indústrias, nesse momento, eram de pequeno porte, empregando menos de 20 pessoas, apenas os frigoríficos e as destilarias que eram de médio porte fugiam à regra. A proliferação das micro-indústrias no primeiro lustro da criação do Estado já supria as necessidades internas (OLIVEIRA, 2003).

Foi nessa busca por consolidar a economia que o Mato Grosso do Sul passou a mudar suas estruturas produtivas, que antes não passavam de formas arcaicas de produção, baseadas nos latifúndios e técnicas rudimentares. Segundo Oliveira, (2003, p. 39-40):

A sua participação como região exportadora para os centros mais avançados, ou melhor, a sua participação junto a economias comprometidas com a concorrência internacional e com o avanço das forças produtivas resultou numa agressiva produção agrícola e pecuária tecnologicamente vis-à-vis aquelas com que se relacionava. Nesse sentido, verificou-se uma profunda articulação da agricultura com o setor industrial da economia. A resposta a essa articulação foi um maciço emprego de maquinaria e insumos de origem industrial. Buscando ajustar-se ao setor de

desenvolvimento mais dinâmico (tendo como carro-chefe agricultura), outros setores foram levados ao movimento modernizador.

A produção agrícola de Mato Grosso do Sul, a partir de 1980, vem aumentando consideravelmente. Destacamos que em 1975, as culturas de mandioca, cana de açúcar, soja, milho, feijão, arroz, algodão e trigo, juntas somaram 1.015.202 toneladas produzidas, e em 1980, apenas 5 anos depois, essa produção quase que dobrou com 2.009.321 toneladas produzidas. Isso só foi possível com o aprimoramento das técnicas agrícolas, com o uso de insumos agrícolas e com a correção dos solos.

A produção que teve o aumento mais significativo nesse período foi a da soja, passando de 167.981 para 1.042.237 toneladas. Vemos aqui a mudança de postura na produção a partir da criação do Estado. Na relação indústria/agricultura no Estado, a agroindústria de soja foi a primeira a se consolidar, tomou o espaço do arroz, sendo esse último utilizado na abertura de novas áreas por apresentar custo de produção mais baixo do que o da soja (MIZUSAKI, 2009, p.58).

A cultura da mandioca teve aumento na produção a partir de 1985 com 132.146 toneladas colhidas numa área de 12.724 hectares. Em 1990, as áreas colhidas quase que dobraram, com seus 24.569 hectares; posteriormente, em 1995 e 1996, houve queda da área colhida e, em 1999 e 2000, houve superprodução com uma área colhida de 32.519 hectares. Mas foi em 2001 que o Estado presenciou uma das maiores produções de mandioca, com 620.692 toneladas. Com essa superprodução, o preço da tonelada de mandioca despencou: em uma feccularia localizada no município de Glória de Dourados, era pago, em média, o valor de R\$ 41,14 a tonelada, sendo que o preço do último mês do ano anterior tinha fechado em R\$100,00 a tonelada de raiz de mandioca (DEPARTAMENTO TÉCNICO DA INDÚSTRIA AGRO COMERCIAL CASSAVA S/A).

Nos anos seguintes, prossegue a queda na produção com recuperação no ano de 2005 quando foram produzidas 538.754 toneladas de raiz de mandioca. O preço pago pela mesma feccularia, em média, em 2005, foi de R\$111, 34.

O trigo também apresentou aumento significativo na ocupação do espaço de Mato Grosso do Sul desde 1980 até 1990, quando começa a cair de importância durante o período de abertura e desregulamentação econômica que sucedeu no Brasil.

O algodão também apresentou crescimento quase ininterrupto até 2005, ano esse que teve uma área colhida de 63.718 hectares. A partir desse momento, o algodão foi perdendo sua importância, chegando ao ano de 2009 com 36.716 hectares de área colhida. Sabemos que sua expansão tem se dado rumo a Mato Grosso, onde sua produção se apresenta mais aquecida (IBGE, 2010).

O milho também apresentou uma tendência crescente com 163.107 toneladas produzidas em 1980, passando para 595.718 em 1990, chegando a 2.181.429 toneladas produzidas em 2009. Para Mizusaki (2009, p.58), essa progressão na área colhida e nas toneladas deve-se ao aumento da demanda no Estado, quando da introdução da avicultura e da suinocultura que tem o milho como ração.

O feijão, produto importante da cesta básica do brasileiro, é a cultura agrícola que tem apresentado maior oscilação em área plantada e também na produzida, saindo de 62.229 hectares de área colhida em 1990, chegando a apenas 17.806 hectares de área colhida no ano de 2009 (IBGE, 2010).

Já a cana de açúcar se apresenta como o novo “fenômeno” do grande agronegócio no Estado, tendo sua área colhida mais que duplicada: em 2005, foram 136.803 hectares, passando para 285.993 hectares no ano de 2009 (IBGE, 2010).

Segundo relatório da FIEMS, o setor sucroalcooleiro apresentou, em 2009, expansão de 30,1% na produção canavieira. Isso ocorreu devido à implantação de 7 novas usinas em 2009, totalizando 21 plantas em operação no estado. A produção de açúcar cresceu 11% de 2008 a 2009, saindo de um pouco mais de 640 mil para 800 mil toneladas. A produção de álcool também nesse período cresceu 31%, chegando a 1,4 bilhão de litros.

Vemos claramente que a produção agrícola de Mato Grosso do Sul vem sendo alavancada pelo grande agronegócio agrícola da soja, da cana de açúcar e do milho, ao passo que lavouras como feijão, arroz e mandioca, que fazem parte da cesta básica do brasileiro, surpreendentemente, diminuem ou apenas mantêm a área ocupada com seus respectivos cultivos. É a lógica do desenvolvimento introvertido do espaço agrícola, que só se incentiva a produção do que é exportável.

Percebemos, assim, a tendência de exportação de Mato Grosso do Sul, como sempre ocorreu desde sua emancipação enquanto Estado. O agronegócio mundializado segue a lógica da contradição do capitalismo, concentrando renda e expropriando agricultores. Essa contradição pode ser percebida também na exportação da produção do campo e importação de gêneros alimentícios que poderiam receber incentivos para serem produzidos em todo território nacional. Para Oliveira (2009), o mercado tem mundializado a produção nacional e quem tem perdido com isso é o mercado interno, visto que a comida que falta ao brasileiro é exportada.

Esta tendência de exportação, atribuída por nós ao Mato Grosso do Sul, sempre é, na verdade, uma tendência nacional, desde a constituição do Brasil como colônia, continuando depois de sua independência. Ignácio Rangel (2001) considera que houve uma industrialização setorial e escalonada na qual a produção de matéria-prima do campo gerou alianças políticas (que o autor chama de “pactos de poder”) que fizeram parte do viés político conferido pelo Estado, ao longo dos tempos, ao campo brasileiro.

Rangel (2001) faz menção ao período em que os grandes latifundiários (desde a colônia), comerciantes, e industriais, que apareceram no último quartel do século XIX e prossegue em todo o século XX, mantinham pactos de poder com elites internacionais. Entendemos que os pactos de poder entre as elites nacionais e as internacionais ganharam ainda mais força a partir de 1980, com a guinada neoliberal, afetando, além do mercado externo, o mercado interno de produtos agrícolas.

Quando observamos a ocupação do espaço de Mato Grosso do Sul, percebemos que muitos latifundiários acumularam capitais, não através da produção da terra, mas através da especulação. O atual rearranjo do capitalismo apenas mudou de face, pois, de acordo com Fabrini (2008), o latifúndio improdutivo foi substituído pelo agronegócio altamente produtivo. Se antes o latifúndio excluía pela improdutividade, agora o agronegócio exclui pela alta produtividade, produzindo a acumulação pautada na exploração da mais-valia social. É o que assegura o agronegócio, pois, mesmo que o capitalista pague a renda da terra, o Estado, através da criação de subsídios, retira do capital esse peso, transferindo para toda a sociedade o custo da manutenção fundiária.

O agronegócio mundializado é estratégico para as elites mundiais, uma vez que, através de redes, apropria-se de espaços dos mais diversos países do globo terrestre, aproveitando as vantagens das nações: mão de obra e o trabalho barato e melhores condições climáticas que proporcionam as mais altas produtividades. Alcança-se assim, a apropriação da renda da terra pelo capital, com a renda de monopólio, ou através da renda da terra diferencial, alcançada pela incorporação de adubos que também é subordinada ao capital. Para David Harvey (2008), essa é uma estratégia neoliberal perfeita para a manutenção do poder de uma elite global: o capital se

globaliza, apossando-se da mão de obra global, controlando-a para explorar as riquezas dos mais remotos espaços do globo terrestre.

Vemos que esse agronegócio globalizado tem se instalado no Mato Grosso do Sul e se expande cada vez mais com as monoculturas como cana de açúcar, soja, etc, a exemplo de grupos multinacionais que expandem seus negócios no Estado em detrimento do que seria necessário expandir, isto é, produtos que fazem parte da cesta básica do brasileiro. A indústria alimentícia vem aumentando consideravelmente no Estado. Os estabelecimentos da indústria alimentícia passaram de 181 em 1970 para 635 em 2004.

No Mato Grosso do Sul, a mandioca faz parte, sobretudo, de uma agricultura familiar de pequeno porte. A partir dos dados do IBGE (2006), vemos que 77,56% da produção em toneladas de raiz saíram de propriedades com tamanho menores que 500 hectares (720 unidades); 95,16% das unidades (689 unidades) que produziram essa quantidade possuem menos de 100 hectares e representaram 45,6% da área colhida neste mesmo ano. O que faz a mandioca ser cultivada, em sua maioria, por unidades a menos de 100 ha, é o baixo poder de capital desses agricultores, uma vez que essa cultura não exige uma grande mecanização para seu cultivo e quase sempre é explorada de forma rudimentar utilizando apenas o conhecimento tácito. No entanto, isso não faz com que esta cultura esteja fora das relações capitalistas, pois, como lembra Oliveira (1991), o capitalismo se apropria da produção advinda de relações não-capitalistas pela circulação das mercadorias, criando renda absoluta, que sempre está acima do valor da produção.

O que reforça ainda mais essa nossa avaliação é o fato da mandioca, juntamente com o feijão, o arroz, e o milho, ser plantada em Mato Grosso do Sul por assentados, arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem área em grande medida, o que a caracteriza como uma cultura agrícola desenvolvida por pessoas de renda baixa, por ser tradicional e popular, tornando-se uma alternativa econômica para os mais necessitados.

Os dados do IBGE (2006), evidenciam que os assentados, arrendatários, parceiros, ocupantes e produtores sem área somaram 2.449, 34,69% dos estabelecimentos de produção de mandioca no ano de 2006 em Mato Grosso do Sul e os proprietários definitivos somaram 4.611, portanto, 65,31% dos estabelecimentos são de proprietários que possuem titulação definitiva da terra.

Podemos perceber que a situação dos produtores envolvidos com as culturas como mandioca, milho, feijão e arroz, produtos que fazem parte da cesta básica do brasileiro, são os que possuem maior fragilidade em relação ao uso da terra. Vemos que 41,40% (3.520 agricultores) dos produtores de milho no ano de 2006 em Mato Grosso do Sul não são proprietários definitivos de suas terras; já no caso do cultivo do feijão, esse número chega a 60,76% (703 agricultores), o arroz chega a 60,24% (597 agricultores).

Quanto aos produtores de soja em situação de assentado sem titulação definitiva, arrendatário, parceiro e produtor sem área a porcentagem é de apenas 27,91% (1.397 agricultores). Isto mostra que 72,09% (3.608 agricultores) dos produtores de soja possuem titulação definitiva de suas propriedades, apresentando portanto, uma condição melhor em relação ao uso da terra e, por decorrência, melhores condições financeiras. Em relação aos produtores de cana de açúcar na situação de assentado sem titulação definitiva, arrendatário, parceiro e produtor sem área, o percentual chega a apenas 30,22% (629 produtores), sendo que 69,78% (1.452 produtores) são os verdadeiros proprietários de terras (IBGE, 2006).

As microrregiões de Iguatemi, de Dourados, de Nova Andradina e a de Campo Grande, juntas, corresponderam a 20.424 hectares, ou seja, 85,96% dos hectares ocupados para a plantação de mandioca no ano de 2009 no Mato Grosso do Sul (IBGE, 2010).

Podemos perceber que as plantações de raiz de mandioca apresentam maior concentração na porção Extremo-Sul de Mato Grosso do Sul, sendo a plantação estimulada pelas indústrias feculeiras que são as maiores empresas que fazem parte do setor mandiocueiro, onde suas plantas fabris estão localizadas nas proximidades. O destaque vai para a Microrregião de Iguatemi onde predomina o Latossolo Vermelho com característica média arenosa.

As fecularias estão localizadas nos municípios de Ivinhema, Naviraí, Deodápolis, Glória de Dourados, Novo Horizonte do Sul, Mundo Novo, Sete Quedas, Itaquiraí, Tacuru, Coronel Sapucaia, Cassilândia e Anaurilândia:

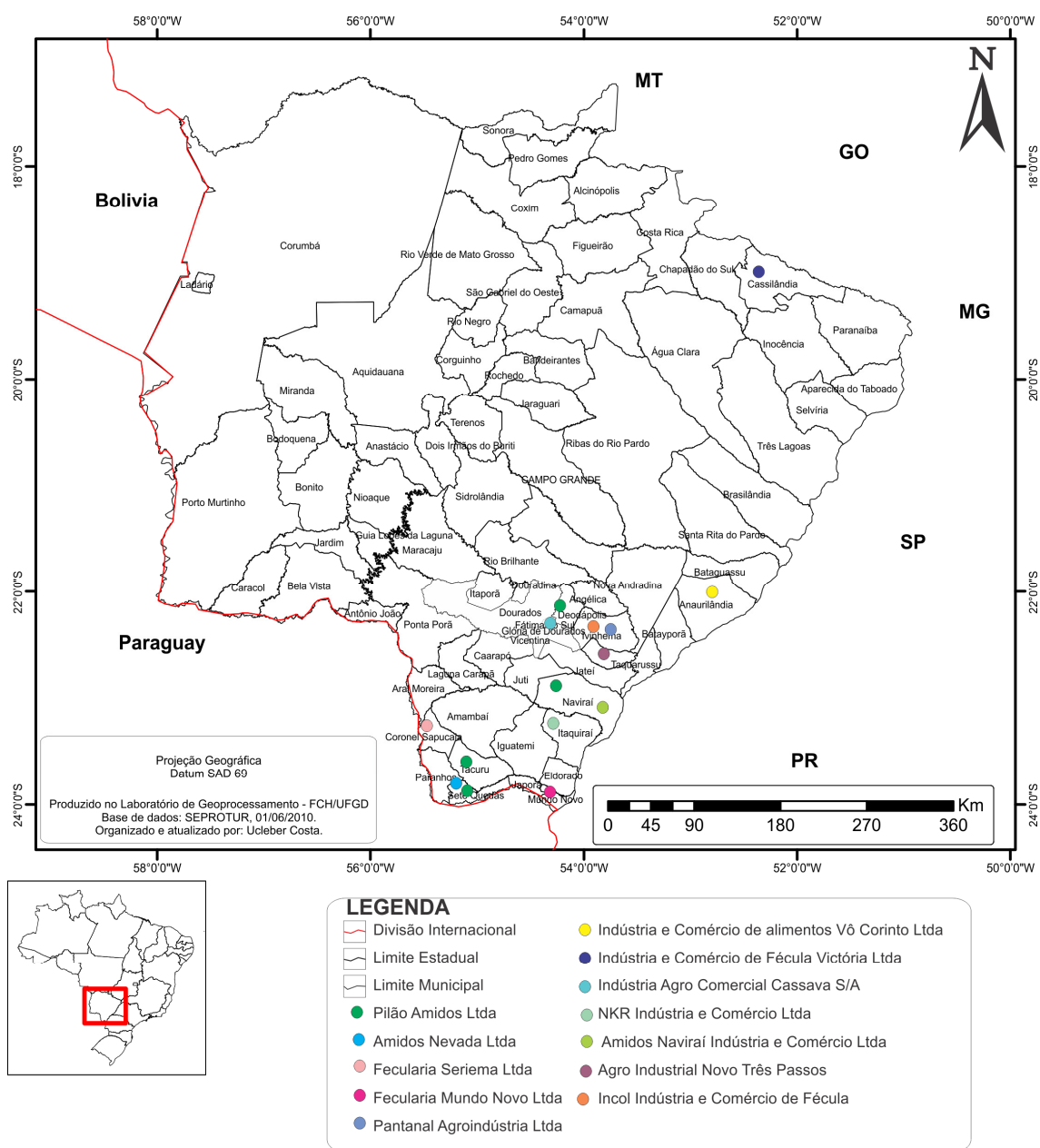


Figura 1: Mato Grosso do Sul: Espacialização das fecularias.

Já na plantação de soja, temos a Microrregião de Dourados como a principal produtora de soja com 58% da sua área plantada em Mato Grosso do Sul no ano de 2009 (996.100 hectares), seguida da Microrregião do Alto Taquari com 12,07% da área plantada (207.348 hectares), e da Microrregião de Cassilândia com 9,41% da área plantada do Estado (161.600 hectares) (IBGE, 2010).

Observamos que a Microrregião de Dourados é detentora de mais da metade da área plantada de soja, onde o capital agroindustrial apresenta maior investimento, especializando-se nesse local onde o solo predominante é o Latossolo Roxo. A Microrregião de Iguatemi, que é o espaço de maior produção de mandioca, configura-se apenas com 8,48% (145.670 hectares) da área plantada de soja no ano de 2009, ocupando o quarto lugar em âmbito estadual.

A área de maior ocupação pela plantação de cana de açúcar no Mato Grosso do Sul no ano de 2009 abrange as microrregiões de Nova Andradina com 5,7% (16.293 hectares), Paranaíba com 9,37% (26.802 hectares), Iguatemi com 19,29% (55.152 hectares) e de Dourados com 46,95% (134.286 hectares). Juntas, essas quatro microrregiões somam 81,31% da área plantada de cana de açúcar (IBGE, 2010).

À medida que a plantação de cana de açúcar vem aumentando nos últimos anos, o setor mandioqueiro está sofrendo uma pressão, uma vez que muitas terras que antes estavam sendo utilizadas para a plantação de mandioca passam a ser ocupadas pela plantação de cana de açúcar. Outro fato que tem pressionado o setor, é a elevação dos preços dos insumos, o que dificulta o acesso desses insumos aos pequenos produtores que, como já foi demonstrado, são essencialmente os que produzem mandioca no Estado de Mato Grosso do Sul.

A segunda microrregião de Mato Grosso do Sul responsável pela maior quantidade de hectares ocupados da cultura de mandioca é coincidentemente a que ocupa o primeiro lugar da ocupação da cana de açúcar: microrregião de Dourados. A Microrregião de Iguatemi, na qual se encontram os principais municípios produtores de matéria-prima para as indústrias feculeiras, é a segunda maior produtora de cana de açúcar do ano de 2009, com uma área plantada de 55.152 hectares (IBGE, 2010). Observemos que a pressão da cana de açúcar sobre a mandioca dar-se pela presença de algumas unidades fabris no Sudeste e extremo-Sul do Estado (Ver Mapa 2):

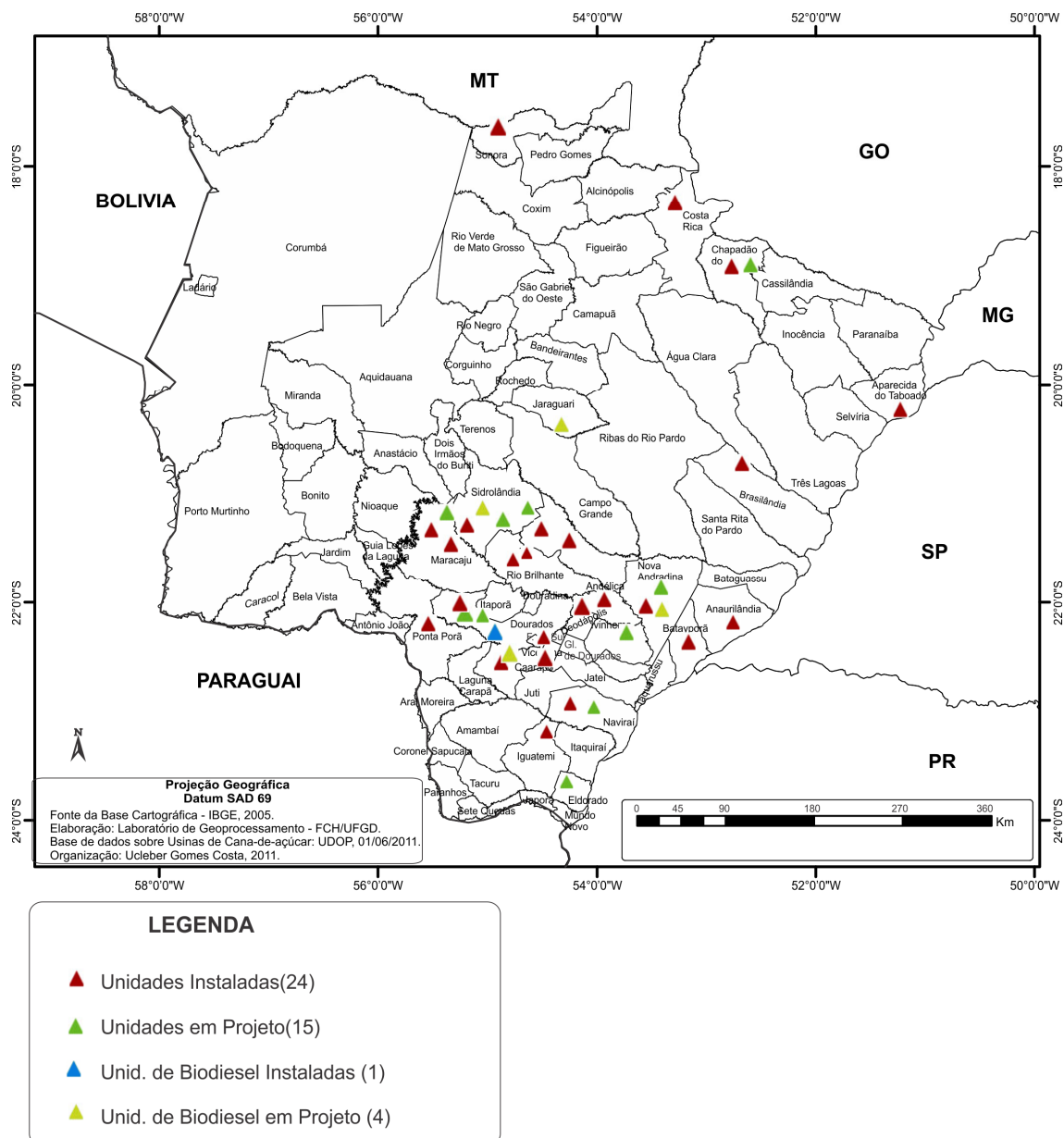


Figura 2: Mato Grosso do Sul: Espacialização das unidades fabris da cana-de-açúcar

A pressão que o setor mandioqueiro sofre em relação à cana deve-se ao fato de que os produtores acham ganhos mais rápidos plantando a cana ou ao fato de que os arrendatários arrendam para os usineiros que pagam mais. Assim, começa a faltar terra para o agricultor familiar arrendatário plantar mandioca. Além disso, ao se instalar a unidade fabril da cana nesses municípios, os terrenos automaticamente se valorizam. Como a renda da terra está ligada ao preço da terra, o agricultor se vê na impossibilidade de arrendar por esse preço mais elevado.

O milho também é um concorrente direto pela ocupação da área em Mato Grosso do Sul. Sua principal área de produção está localizada nas duas principais microrregiões de maior produção de mandioca, a Microrregião de Dourados e de Iguatemi. O amido de milho também concorre comercialmente com o amido de mandioca: ambos servem como base para muitos produtos similares, para alimentação e para processos industriais diversos.

À medida que foram instaladas novas fecularias, os números de farinheiras diminuíram no Estado, provocando a perda da autonomia produtiva dos produtores

familiares que passaram a depender das fecularias. Isso porque, em nível local, o setor de fécula concorre diretamente pela matéria-prima com o setor da farinha de mandioca, Segundo Santos (2006, p. 37), “cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto. Sua presença também modifica os valores preexistentes”. O que ocorreu com as farinheiras demonstra a expropriação e subordinação desses produtores que tinham os meios de produção em seus poderes, sendo apropriados indiretamente e, em alguns casos, diretamente pelas empresas feculeiras. “A tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria (MARTINS, 1995, p.152).”

Assim, com a introdução das fecularias a partir dos anos de 1978 no Estado (objeto inserido no tecido preexistente do setor mandioqueiro), modificaram-se os valores preexistentes do local, uma vez que a lógica da produção feita pelas farinheiras é diferente da lógica inserida pelo empresariado feculeiro. Apesar de existir entre as fecularias e farinheiras uma concorrência pela matéria-prima, não atribuímos totalmente o fechamento de várias farinheiras às instalações das fecularias, mas ao próprio processo de entrada do capitalismo no campo com sua lógica produtivista que exige maior número de maquinários no campo, acabando por fazer com que o produtor ficasse endividado e, assim, fosse expropriado de seus meios de produção no campo.

A microrregião de Iguatemi, da qual o Município de Ivinhema, maior produtor de mandioca para a indústria feculeira, faz parte, apresentou apenas 11 unidades de farinheiras, sendo que dez estão localizadas no município de Ivinhema e uma no município de Eldorado.

Segundo um relato feito através de um questionário por um agricultor, em 1980, havia 28 farinheiras em Ivinhema: “*As farinheiras começaram a diminuir com a entrada das fecularias nos anos de 1978, porque concorrem pela matéria-prima e os produtores começaram a plantar mandioca para as fecularias, faltando assim, a matéria-prima para as farinheiras*” (agricultor e morador do Município de Ivinhema/MS).

Essas farinheiras, em sua maioria, no território sul-mato-grossense, são de pequeno porte e de grande importância para a agricultura familiar. Os estabelecimentos artesanais dessas unidades de produção são chamados de Casa de Farinha e as mais estruturadas possuem equipamentos como tanque para lavagem, ralador com motor elétrico, prensa com eixo metálico ou de madeira, tanque para o processo de esfarelagem da massa, forno a lenha, peneira metálica, e, em alguns casos, máquina de empacotamento, além de balança mecânica para pesagem (Ver Mapa 3):

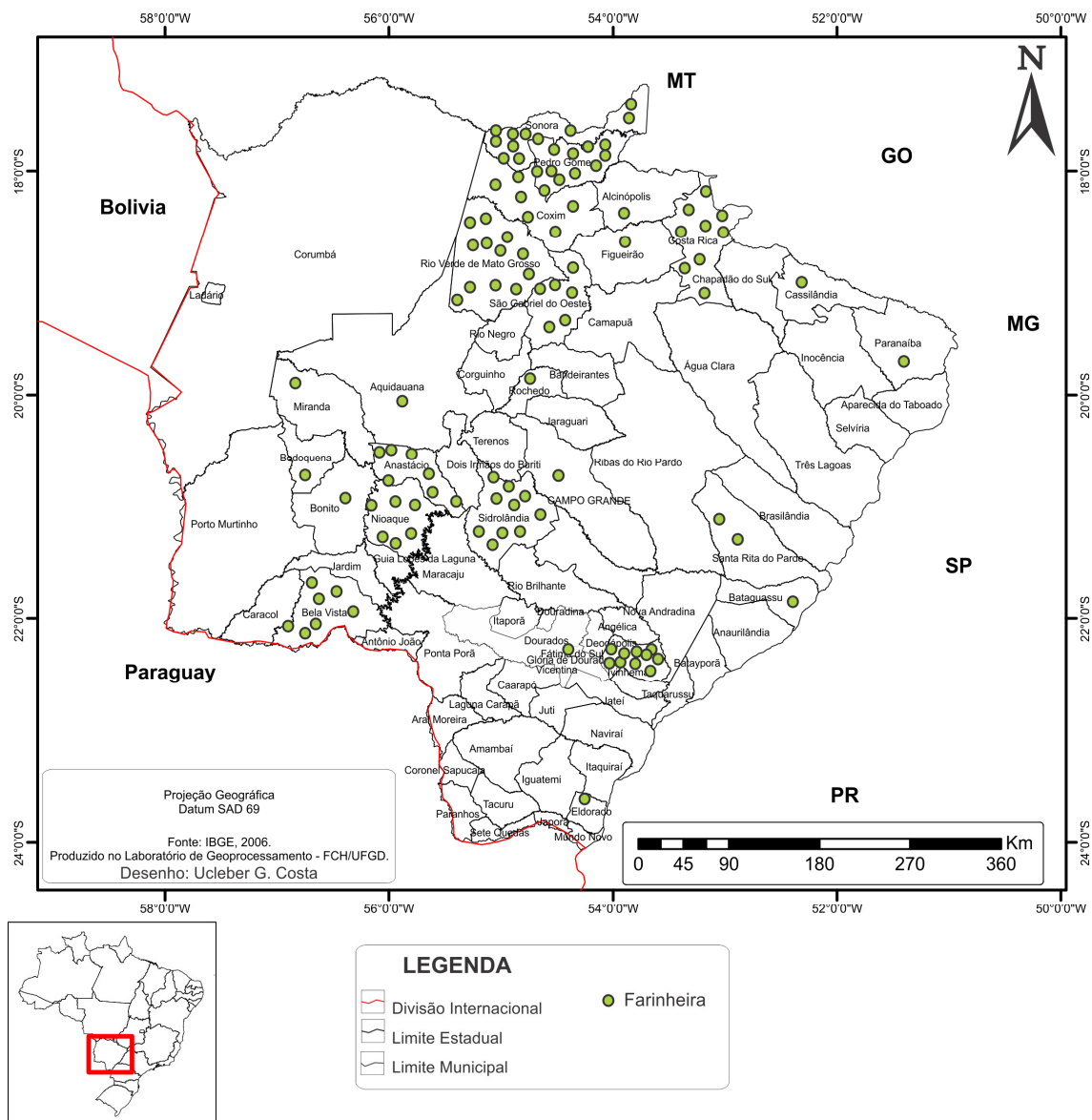


Figura 3: Mapa da espacialização das farinheiras por Municípios de Mato Grosso do Sul no ano de 2006

F. Neto; Rodrigues e Reinert (2008, p.10), caracterizando a região Sudeste do Estado, afirmam que esta atividade mandiogueira se classifica como pólo de crescimento sem empresa motriz, puxada pelo pólo econômico de Ivinhema. Esta classificação ocorre devido à existência de uma aglomeração de micro, pequenas e médias empresas, que, ao mesmo tempo em que desempenha o papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas, tem sua governança através de “redes”, pois parte de suas centrais administrativas se encontram fora do Estado de Mato Grosso do Sul.

O espaço sul-mato-grossense mais especializado no setor mandiogueiro para a produção de fécula tem raízes históricas que proporcionaram esse arranjo produtivo, além de suas condições físicas de localização e climáticas. Segundo Le Bourlegat *et al* (2004):

Pela sua situação geográfica, o Sudeste de Mato Grosso do Sul apresenta vínculos históricos com os Estados do Centro-Sul do

país, particularmente com o Noroeste e Oeste do Paraná, desde o século XVI, quando ocorreram as primeiras incursões coloniais espanholas e portuguesas ao Mato Grosso do Sul, através de Santa Catarina e Paraná. No século XVII, essas áreas constituíram, não só um território de organização sócio-espacial das Missões Jesuíticas espanholas, como de produção e exportação de erva-mate, no final do século XIX e início do século XX. O Sudeste de Mato Grosso do Sul foi alvo de colonização sulista, sobretudo de agricultores paranaenses e catarinenses, por um processo de avanço de fronteiras agrícolas, desde as décadas de 50 e 60, mas principalmente de 70 e 80 do século XX.

Foram às condições históricas, sociais e ambientais que fizeram com que o espaço de Mato Grosso do Sul se tornasse mais especializadas na produção de mandioca para a indústria feculeira e na produção de fécula por parte dos industriais, em vista da experiência com esse tipo de produção que os migrantes paranaenses e catarinenses que se instalaram no Mato Grosso do Sul possuíam. Segundo Le Bourlegat *et al* (2004):

A dinâmica de expansão econômica da agroindústria feculeira no Oeste e Noroeste do Paraná, em direção a novas áreas de cultivo de mandioca, implicou no avanço para o Sudeste de Mato Grosso do Sul, tendo em vista, não só esses elos construídos historicamente, mas também por algumas vantagens territoriais, relacionadas com o capital humano dos agricultores recém-migrados daqueles Estados feculeiros, constituído pelo conhecimento acumulado em cultivos mais modernizados de mandioca, com as políticas locais e regionais de incentivo à presença da agroindústria e também devido a algumas potencialidades do ambiente natural. O destaque, nesse sentido, deve ser atribuído, por um lado, às características climáticas regionais, com condições mais tropicalizadas, evitando o retardamento da germinação e reduzindo o período de paralisação da atividade vegetativa, de modo a permitir a colheita da mandioca praticamente durante o ano todo. Por outro lado, os perfis predominantes dos solos, que pela textura e profundidade condiciona um fácil crescimento e colheita das raízes.

Observamos a alternância no *ranking* de plantação de mandioca entre os municípios com base na área plantada de mandioca. As mudanças que explicam esse comportamento relacionam-se com a ocupação de áreas em que são desenvolvidas outras lavouras como soja e cana-de-açúcar, além da implantação de fecularias nesses municípios ou em municípios próximos, fazendo com que sejam plantadas mandioca nessas áreas. Apesar da grande queda de área plantada do ano de 2000 (18.490 hectares dos dez primeiros municípios) a 2009 (apenas 11.150 hectares plantados dos dez primeiros municípios), Ivinhema ainda continua sendo o Município de maior área plantada de mandioca, seguido pelos municípios de Itaquiraí, Japorã, Eldorado e Naviraí (IBGE, 2010).

A melhor organização do setor mandiogueiro destinado a fornecer matéria-prima para as farinheiras e fecularias, em termos de relações entre os setores envolvidos, encontra-se nos municípios que compõem o Vale do Ivinhema. Paulo César Santos do Valle (2006) dissertou sobre o arranjo produtivo local do Vale do Ivinhema e teve sua preocupação voltada para as relações entre os atores que dão o conjunto sistêmico do funcionamento do APL da mandioca. Enfatizou também o conhecimento tácito retro-alimentar dos produtores de mandioca, ou seja, o conhecimento que é adquirido de forma funcional se aprende fazendo no dia-a-dia com as atividades. Também estudou o conhecimento explícito, ou seja, o conhecimento técnico-científico disseminado pelos órgãos do Governo, como o SEBRAE, EMBRAPA, AGRAER, e instituições como Universidades etc., e as relações de troca de informações e de aprendizagem, tanto entre agricultores/agricultores, como entre as instituições/produtores, para a externalização do conhecimento.

A produção em toneladas de mandioca no ano de 2009 também foi maior no Município de Ivinhema e seguida da produção dos municípios de Itaquiraí, Eldorado, Naviraí, Mundo Novo. Já o Município de Japorã que foi o terceiro em área plantada no ano de 2009, apareceu como sexto colocado em toneladas produzidas de mandioca, o que mostra o aumento da área plantada nesse mesmo ano, em comparação com anos anteriores.

A importância em valores dos empregos diretos nas fábricas feculerias, chega a 332, e dos investimentos em infra-estruturas das fábricas feculeiras no local, a R\$17.774.651,35 (SEPROTUR, 2010). O emprego direto é um benefício local que a implantação de uma unidade fabril processadora de mandioca gera, mas o benefício maior é a criação de empregos indiretos. Além dos trabalhadores que trabalham no plantio, nos cuidados com a cultura e arranca da raiz, beneficiam-se ainda os caminhoneiros que fazem fretes, os arrendatários de terras e os transportadores dos produtos prontos.

1.3 Subordinação da renda da terra

Consideramos que a discussão acerca da renda da terra se faz à medida que podemos identificar qual o perfil do agricultor que lida com a atividade mandiogueira em Mato Grosso do Sul, uma vez que sua renda que é advinda da terra. Baseando-nos em Martins (1991 e 1995) e Oliveira (1986), entendemos que é necessário definir, em primeiro passo, os tipos principais da renda advinda da terra e como essa é incorporada ao processo produtivo e de circulação da mercadoria no mercado.

Oliveira (1986) afirma que a renda da terra sob o modo de produção capitalista produz sempre um lucro extraordinário advindo da circulação das mercadorias: um valor acima do valor de produção das mercadorias criado artificialmente. Este autor, assim define a renda absoluta da terra, a renda da terra de monopólio e a renda da terra diferencial.

(...) a renda da terra sob o modo de produção capitalista é, resultado da concorrência, *renda diferencial*; e é, resultado do monopólio, *renda absoluta*. (...) A *renda diferencial* resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo. Já a *renda absoluta* resulta da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse da coletividade; resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir (OLIVEIRA, 1986, p. 74).

O autor divide a renda da terra diferencial em renda diferencial I e renda diferencial II. Além destas rendas destacadas, Oliveira (1986) destaca ainda os tipos de renda da terra pré-capitalista, que, segundo ele, são sempre oriundos do excedente de produção do agricultor familiar. Oliveira (1986) traz alguns exemplos destas rendas não-capitalistas praticadas comumente em regiões brasileiras, tais como: a renda em trabalho, a renda em produto e a renda em dinheiro. Quando juntas no mercado, o modo de produção capitalista incorpora tanto uma como a outra no seu funcionamento, não se constituindo como problemas para seu funcionamento, antes corroborando para a reprodução contraditória e combinada do sistema capitalista.

A renda absoluta da terra é entendida como a mais-valia global social que toda sociedade paga ao proprietário da terra. Portanto, não é fração do excedente do trabalho sobre a terra, mas da mais-valia da massa social. A renda absoluta da terra também pode ser obtida pelo monopólio da terra, pois pode se dar quando há um desvio entre o preço de produção e o preço de mercado, quando esse último é elevado.

A diferença existente entre a renda da terra de monopólio da renda da terra absoluta é que a primeira advém de um preço de monopólio de uma mercadoria especial: é o preço de monopólio que gera a renda da terra de monopólio. Na segunda, a renda da terra absoluta, é a existência da renda que gera o preço de monopólio. Isto acontece quando o proprietário do pior solo cobra renda acima do preço de produção para colocar seu produto criando, portanto, um preço artificial (OLIVEIRA, 1986).

Já a renda da terra diferencial está ligada diretamente à produção: seu preço é definido pela melhor localização e pelas condições do solo, seja por suas próprias características de solo fértil (renda da terra diferencial I) que independe do capital, ou quando depende de investimentos do capital pela adubação do solo para se obter uma melhor fertilidade e conseqüentemente uma maior produção da lavoura (renda da terra diferencial II). Esta renda é, portanto, resultado da concorrência entre os produtores, uma vez que é produto do excedente do lucro extraordinário que o solo melhor localizado ou mais fértil proporciona, diferenciando-se, assim, por sua quantidade de produção (OLIVEIRA, 1986).

Passemos agora a definir, segundo Oliveira (1986), alguns tipos de renda da terra pré-capitalista. Para Oliveira (1986):

A renda da terra pré-capitalista é diretamente produto excedente. Nasce, portanto, diretamente na produção, ao contrário da renda da terra capitalista que nasce na circulação, e é sempre sobra acima do lucro médio, ou seja, fração da mais valia.

Uma das rendas pré-capitalistas é a renda da terra em trabalho, o agricultor paga em trabalho para lavrar na terra do proprietário. Na renda da terra em produto, o agricultor paga ao dono da terra em produto sobre o que cultivou para continuar produzindo naquela terra. Essa renda nada mais é que trabalho transformado em produto. Já na renda da terra em dinheiro, que é a renda da terra pré-capitalista mais avançada, a negociação é feita através de contrato ou, informalmente, através da palavra entre ambas as partes. Essa renda é trabalho transformado em produto que, ao ser vendido, é transformado em dinheiro. Porém, a renda da terra em dinheiro, quando feita por capitalista e não por produtor familiar, é renda capitalista. Essas últimas rendas

abordadas são chamadas de não-capitalistas, por já existirem em modos de produção anteriores ao modo capitalista (OLIVEIRA, 1986).

A renda da terra absoluta só é capaz de existir quando a renda da terra está sobre controle de uma classe que controla o preço dos alimentos porque, segundo Oliveira (1986), essa classe somente coloca suas terras para produzir quando o preço de mercado está acima do preço de produção. Assim, há sempre mais-valia social, gerada pela circulação das mercadorias, não existindo fração da produção (gerada a partir do excedente da produção), mas mais-valia da massa social, gerando, portanto, um lucro extraordinário. No modo de produção capitalista, considerando que tanto produtores tipicamente capitalistas quanto agricultores familiares produzem, haverá sempre renda absoluta pela presença do primeiro grupo de produtores. Assim, toda massa social pagará sempre essa mais-valia social, ou seja, preço mais alto das mercadorias.

Segundo Oliveira (2009), existem dois processos monopolistas que comandam a produção agrícola mundial, a saber:

De um lado está a territorialização dos monopólios que atuam simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária (...) Neste caso de fato a produção comanda a circulação das mercadorias. De outro lado, está a monopolização do território desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir absolutamente nada no campo, controla através de mecanismos de sujeição, camponeses e capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas do setor de grãos atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, muitas vezes têm também, o controle igualmente monopolista da produção dos agrotóxicos e dos fertilizantes. Neste caso a circulação comanda a produção e dita o consumo. Este processo atua e subordinando a produção capitalista e camponesa dos setores dos grãos, carne bovina, aves, suínos, café, suco concentrado de laranja, tabaco e os alimentos para o mercado interno tais como arroz, feijão, milho, trigo, mandioca, frutas, hortícolas, etc.

A subordinação capitalista do campo apresenta essas duas características em suas ações e foi possível identificar estas duas características, com suas especificidades e peculiaridades, no setor mandioqueiro/feculeiro de Mato Grosso do Sul. Uma é pela subordinação direta, quando o empresário capitalista se apropria diretamente, pela propriedade privada da terra ou por meio de arrendamento, e a outra, pela apropriação indireta, quando o capital extrai o excedente econômico dos agricultores por manter relações de compra de produções, ou ainda, quando vende insumos, empresta e cobra juros aos agricultores.

Uma está relacionada à territorialização do capital industrial que detém o controle da propriedade por meio da propriedade privada e do arrendamento da terra (apropriação direta), da agricultura, e da indústria, pois está centralizada na indústria, a propriedade privada da terra e o controle por meio do arrendamento, que é responsável pelas duas produzirem capitalisticamente.

Um exemplo desse fato é a feclaria Pantanal, localizada no município de Ivinhema, que seu proprietário possui a terra juntamente com a família (um filho) que produz a matéria-prima para o processamento industrial, mantendo poucas relações de compra de matéria-prima com os agricultores. Esse é um exemplo de capitalista que não aceita pagar pela renda da terra a alguém que agriculta como segundo ou terceiro, configurando-se pela territorialização do capital seja pela plantação em terras próprias ou de arrendamento; é detentor de uma fração superior da renda da terra, quando a terra é própria, e de menor parte da renda, quando paga a renda em dinheiro aos donos de terras pelo arrendamento, e também ainda obtém do lucro capitalista derivado do capital investido proporcionado pelo processamento industrial.

Outra feclaria que pretende entrar nessa lógica da territorialização do capital, evitando pagar a renda da terra ao agricultor, é a Indústria e Comércio de Alimentos Vô Corinto Ltda., localizada no município de Anaurilândia/MS. Fomos informados pelos responsáveis da gerência dessa empresa, através de questionário, que, a partir do ano de 2012, a empresa pretende plantar cerca de 240 hectares de mandioca para o próprio processamento industrial.

Esta prática é resultado também do crescimento do setor sucroalcooleiro no estado de Mato Grosso do Sul e, especificamente, nesses municípios em que a produção de mandioca para a indústria de fécula se faz mais presente. O preço da terra é elevado, e, conseqüentemente, a renda da terra, uma vez que parte dos agricultores que cultivam mandioca são arrendatários e sentem dificuldades de continuar produzindo nas terras pelo aumento do preço do arrendamento, gerando escassez de matéria-prima para a indústria feculeira. Esse fato foi observado em dois municípios que receberam unidades fabris de usinas sucroalcooleiras. Em Fátima do Sul o preço do hectare da Terra para agricultura passou de R\$4.958,67 em 2006 para R\$12.396,69 em 2011. Já em Ivinhema o preço do hectare da Terra para agricultura passou de R\$5.371,90 em 2006 para R\$10.330,57 em 2011 (Trabalho de campo com corretores de terra da região, agosto de 2011).

Já a forma de apropriação indireta da renda de terra pelo capital no setor mandioqueiro ocorre quando as agroindústrias compram a produção dos agricultores para seu beneficiamento, sujeitando uma fração dessa renda sem necessariamente ter produzido diretamente, alguma coisa, no campo.

Para exemplificar essa ocorrência e a ligação direta entre renda da terra e preço da terra, como salienta Oliveira (1986), e também a pressão que a produção de cana faz frente ao setor feculeiro, fizemos uma pesquisa de campo junto aos negociantes de terras, chamados “marreteiros”, e junto a agricultores arrendatários, a fim de verificar se os preços das terras aumentaram e sua relação direta com a renda da terra, e conseqüentemente, com o arrendamento.

Com base nessas três amostragens de preço da terra e do arrendamento, observamos que, nos últimos 5 anos, os preços das terras e dos arrendamentos nos municípios citados dobraram. Como existem muitos agricultores que cultivam mandioca em terras arrendadas, boa parte da renda da terra ficou ainda mais comprometida com o aumento do preço do arrendamento, cerca de 50% do ano de 2006 a 2011. No Município de Deodápolis neste mesmo período, o preço do arrendamento de terra por hectare passou de R\$206,61 para R\$413,22, aumentando os custos de produção para esses agricultores (Trabalho de campo, agosto de 2011).

Um agricultor, morador do município de Deodápolis/MS, afirma que:

Esse aumento do preço do arrendamento tem ligação com a implantação das usinas sucroalcooleiras nesse município e nos municípios próximos, pois compraram e arrendaram muitas terras, faltando terra para as demais culturas, o que fez o preço aumentar.

Outro fator que diretamente tem elevado o preço do arrendamento da terra na região é o fato de que as últimas duas colheitas, uma de soja e a outra do milho, foram consideradas boas, gerando ganhos razoáveis aos agricultores.

1.4 Tipos de renda da terra na produção mandiogueira

Encontramos dois tipos de arrendamento sendo feitos pelos agricultores que plantam mandioca dos municípios estudados. Uma renda da terra em produto, que é considerada uma renda não-capitalista da terra tratada por (OLIVEIRA, 1986). O agricultor paga ao dono da terra renda em produto (mandioca). Essa renda, como já vista, é trabalho transformado em produto e paga ao dono da terra pelo agricultor. Podemos observar o exemplo obtido no trabalho de campo (em agosto de 2011):

a) Pagamento da renda em produto:

O agricultor morador do município de Ivinhema arrendou a terra pagando 3,3 toneladas de mandioca/hectare, livre, já entregue na feccularia.

b) Pagamento da renda em dinheiro

A segunda forma de arrendamento encontrado na região é a renda da terra em dinheiro, que é a renda da terra não-capitalista ou pré-capitalista mais avançada. É feita sua negociação por meio de contrato ou através do empenho da palavra, em contrato verbal entre ambas as partes, por certa quantia em dinheiro. Essa renda, como já vista, é trabalho transformado em produto que ao ser vendido é transformado em dinheiro. Porém, para lembrarmos, a renda da terra em dinheiro quando feita por capitalista e não por produtor familiar, é renda capitalista. Podemos observar o exemplo abaixo deste tipo de renda da terra:

O agricultor morador do município de Ivinhema arrendou a terra para plantar mandioca por dois anos, pagando R\$ 702,45 ao hectare no período.

Quando acontece da empresa capitalista plantar no campo para seu próprio processamento, entra à atividade agropecuária os trabalhadores que irão cuidar do cultivo recebendo salários, assim, temos uma produção caracteristicamente capitalista no campo, os trabalhadores expropriados dos seus meios de produção oferecem sua mão de obra por meio de salários.

Como a maioria dos agricultores que plantam mandioca para o processamento industrial fecculeiro são arrendatários, a dificuldade está no preço do cobrado pelo arrendamento, pois esse está ligada ao preço da terra que está relacionado ao que ela pode produzir, ou seja, capacidade de oferecer renda melhor se comparada a outro produto que não a mandioca.

Em nossa amostra de trinta produtores, 50% dos que plantam mandioca são arrendatários, ou seja, não cultivam essa cultura agrícola em terras próprias. Em outro estudo realizado por nós, encontramos dados parecidos: a partir de uma amostragem com o mesmo número de agricultores, tivemos um resultado em que 47% dos entrevistados eram de arrendatários sem-terras que plantam mandioca (COSTA, 2008). Uma pequena porcentagem dos entrevistados plantam mandioca em suas terras próprias, apenas 23%. E 27% dos que plantam também em terras próprias necessitam arrendar

mais terras, uma vez que suas terras são insuficientes para manter suas respectivas famílias.

1.5 Produção e consumo

A produção de fécula de mandioca no Brasil, vem aumentando nos últimos anos no Estado do Paraná que produziu em 2005 352.640 toneladas passando para 413.200 toneladas em 2009, e caindo no Estado de Mato Grosso do Sul que em 2005 produziu 106.419 toneladas reduzindo para 82.452 toneladas em 2009 (CEPEA/ABAM, 2010).

A exportação de derivados de mandioca produzidos na Brasil, tem pouca repercussão no mercado internacional, e o Estado de Mato Grosso do Sul, tem apenas, aparecido nas exportações de derivados de mandioca, de forma muito tímida e descontínua, o que sugere, um setor feculeiro que não possui forte clientela fora do país, com produção voltada ao mercado doméstico, com 284.750 Kg em 2005, 344.308 Kg em 2006, 3.786.350 Kg em 2007, 3.000.742 Kg em 2008, 3.413.825 Kg em 2009 e 3.013.524 Kg em 2010 (SECEX, 2011).

As regiões de destino do consumo de amidos de mandioca no mercado doméstico brasileiro, apresentam espacialização de concentração no Sudeste e Sul do país, com 40,7% e 33,1% em 2010, respectivamente. Sendo que os estados do Centro-Oeste contribui com 18,1% do consumo, os da região Nordeste com 6,1% e da região Norte com 1,8% (CEPEA, 2011).

Os setores que mais tem contribuído com o consumo da fécula de mandioca produzido pelo setor feculerio brasileiro em 2010, tem sido o setor atacadista (com 29,4%), papel e papelão (com 20%), massas biscoitos e panificação (com 14,4%) (CEPEA, 2011).

1.6 Estratégias na fronteira e interações espaciais do Grupo feculeiro Pilão Amidos

Para entendermos como as indústrias feculeiras que possuem unidades fabris no Estado de Mato Grosso do Sul, agem espacialmente interagindo com suas sedes e filiais, bem como, seus clientes, utilizando as vantagens locais, observamos, como exemplo, o grupo Pilão Amidos que possui 4 filiais instaladas no Estado de Mato Grosso do Sul, duas no Paraguai, uma em São Paulo e a matriz no Estado do Paraná (Ver Mapa 4):

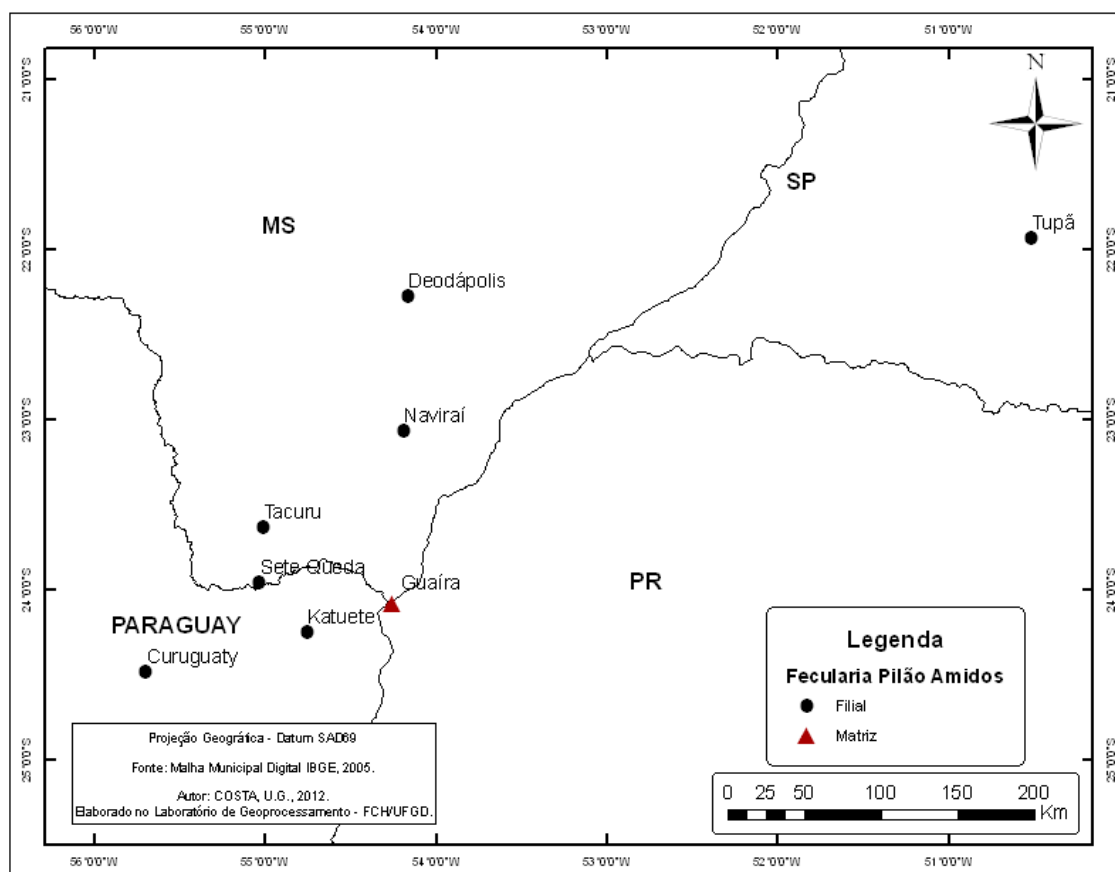


Figura 4 – Espacialização das unidades fabris do grupo Pilão Amidos.

O grupo Pilão Amidos instalou a primeira unidade fabril no Estado de Mato Grosso do Sul em 1983, no Município de Tacuru localizado na faixa da fronteira com o Paraguai. Em 1989, mais uma unidade fabril foi instalada no Município de Naviraí, onde processa além de amido de mandioca, amido de milho. Como o amido de milho é concorrente do amido de mandioca, este é um fato importante e estratégico para o grupo, sendo que a fábrica é adaptada para beneficiar os dois tipos de amidos. Nos anos de 2005 e 2006, a fábrica processou amido de mandioca 11.746.678 e 17.122.086 kg respectivamente, e, no ano de 2007, apenas processou amido de milho, assim como nos anos de 2010 e 2011. Desta forma, a empresa aproveita as ofertas de matéria-prima (raiz de mandioca ou grão de milho) e do mercado de fécula de mandioca ou de amido de milho, fazendo jus a sua estratégia acionando ou parando suas fábricas quando lhe convém.

Em 1998, para explorar e montar uma estratégia na fronteira, o Grupo Amidos Pilão instalou no país vizinho Paraguai, uma fábrica de amido de mandioca no Distrito de Curuguaty e posteriormente em 1999, uma unidade fabril no Distrito de Katuete devido à abundância de matéria-prima disponível. Segue a estratégia de acionar as unidades fabris quando existe abundância de matéria-prima ou quando existe um mercado abundante de procura pelo produto. A unidade de Curuguaty operou desde 2005 até 2011, processando amido de mandioca com uma queda no total do processamento no ano de 2009 e em 2010. Já a unidade de Katuete, operou apenas até o ano de 2008. Ainda na fronteira, o grupo Pilão Amidos adquiriu uma fábrica da fecularia Amidos Nevada no Município de Sete Quedas/MS, onde beneficia com continuidade desde 2005.

O grupo Pilão Amidos instalou ainda uma unidade fabril no Município de Tupã/SP, operando com continuidade no beneficiamento de amido de mandioca desde 2005. Foram instalados nessa fábrica reatores para a modificação de amidos para atender o mercado de alimentos. No plano de crescimento da empresa, em 2002 a empresa adquiriu da Fecularia Amifar, uma fábrica feculeira em Deodápolis/MS. Essa fábrica em Deodápolis é a que mais tem processado amido de mandioca. Isso se deve a localização do Município de Deodápolis estar próximo do Município de Ivinhema que vem sendo o primeiro no *ranking* da produção de raiz de mandioca no Estado de Mato Grosso do Sul.

A instalação e compra de fábricas feculeiras pelo grupo Pilão Amidos no Estado é estratégico devido às vantagens comparativas em relação a outros Estados do Brasil, como, São Paulo e Paraná, visto que, a mão de obra é mais barata, o preço da matéria-prima, além dos incentivos de 65% de desconto do ICMS.

O grupo ainda se destaca por possuir uma frota de caminhão composta de 92 veículos que trafegam por todo país e países vizinhos, entregando suas produções diminuindo, assim, o custo com fretes.

Em entrevista realizada dia 26 de julho de 2011 com o gerente da unidade feculeira da Pilão Amidos do Município de Deodápolis, nos informou que a empresa vende seus produtos para todos os Estados brasileiros, além de exportar diretamente da matriz para países como: Holanda, Uruguai, Estados Unidos da América, China, Argentina e Chile, e importar fécula de mandioca de países como: Holanda e Tailândia, além de suas próprias unidades instaladas em Curuguaty e Katueté no Paraguai.

A empresa tem adotado a estratégia de transferir produção entre as unidades e exportar somente da matriz. A transferência de produção entre as unidades tem possibilitado maior flexibilidade para atender aos clientes que compram não apenas uma qualidade de produto, mas num único pedido, vários produtos. Assim, um produto que falta numa unidade produtora é rapidamente transferido da unidade mais próxima para completar o pedido, portanto, atendendo as necessidades do cliente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o Grupo feculeiro Pilão Amido tem desenvolvido uma estratégia na fronteira Brasil/Paraguay e ativa ou desativa suas fábricas quando existe vantagens de matéria-prima e de preços para o beneficiamento do amido de mandioca ou de milho.

Consideramos que o setor feculeiro apresenta uma especialização no Sudeste e extremo-Sul do Estado de Mato Grosso do Sul em detrimento de outras áreas, e vem sendo impactado pela ação das usinas de cana de açúcar, principalmente nos municípios que vem recebendo unidades fabris, devido ao aumento do preço da terra.

Como demonstrado no corpo do trabalho, a maioria dos agricultores que cultivam mandioca para a indústria feculeira, são arrendatários, e devido ao aumento do preço da terra e conseqüentemente da renda da terra, ficam impossibilitados em cultivar essa cultura agrícola.

A concentração das fecularias no Sudeste e extremo-Sul do Mato Grosso do Sul deve-se muito à expressão da centralização administrativa do empresariado paranaense, paulista e catarinense em seus respectivos Estados. A reprodução do capital feculeiro é potencializada a partir de suas estratégias espaciais montadas com suas interações complexificadas pela diversificação das unidades fabris espalhadas em território de Mato Grosso do Sul, e no espaço da fronteira com o Paraguai, e de seus produtos. As relações de trabalho dentro da fábrica têm sofrido alterações e mudado a cultura profissional do operariado do Estado.

Os agricultores, predominantemente, se caracterizam pela posse ou arrendamento de áreas de até 100 hectares, possuindo pouco aparato técnico para o cultivo e recorrendo ao aluguel de máquinas. As relações de subordinação do trabalho do agricultor familiar pelas feculares ocorrem de duas formas: pela monopolização do capital no território, quando as empresas compram matéria-prima do agricultor; e pela territorialização do capital, quando as indústrias arrendam e/ou plantam em terras próprias.

Portanto, o impacto sofrido no setor feculeiro no Estado de Mato Grosso do Sul pelo setor canavieiro, é direto, quando a usina arrenda terras destinadas ao cultivo de mandioca (caso observado no Município de Ivinhema, onde as características do solo é arenoso), e indireto, devido ao aumento do preço da terra que ocasiona um aumento na renda da terra dificultando o arrendamento pelo grande parte dos agricultores que são arrendatários.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 275p.

FABRINI, J. E. Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**. V.9, n.1, jun. 2008, pp. 35-62.

_____ **A posse da terra e o sem terra no sul de Mato Grosso do Sul**. Corumbá: AGB, 1996, p. 7-90.

GREGÓRIO, E. C e JOIA, P. R. **Uma Análise do Sistema Produtivo de Farinha de Mandioca no Município de Anastácio-MS**. XVII Encontro Sul-mato-grossense de Geógrafos: Novos Olhares da Geografia: Múltiplos Territórios, Múltiplos Fazeres e Múltiplos Saberes, Aquidauana/MS, 28 a 31 de Out. 2009, p145: 152.

HARVEY, D. O neoliberalismo em julgamento. In: **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. pp.165-195.

_____ As perspectivas da liberdade. In: **O Neoliberalismo: histórias e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. pp.197-234.

LE BOURLEGAT, C. A. et. al. **Arranjo produtivo local de mandioca do Vale do Ivinhema**. Relatório de atividades da expansão da RedeSist. Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia, 2004.

MARTINS, J. S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____ Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. In: **Expropriação e violência**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____ **A aparição do demônio na fábrica: Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário**. Ed. 1º. São Paulo: Ed. 34, 2008, 224 p.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados, Mato Grosso do Sul: Editora da UFGD, 2009, 356p.

NETO, L. F. F.; RODRIGUES, F. da S. e REINERT, J. N. Caracterização dos Aglomerados Agroindustriais de Mato Grosso Do Sul. In: **SOBER, XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Rio Branco/AC, 20 a 23 de Jul. 2008, p. 1: 13.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos**. Montevideo: 12do Encontro de Geógrafos de América Latina, Egal (Encontro), 2009.

_____. Renda da Terra. **Revista Orientação do Igeog Usp**, São Paulo, n. 7, 1986.

_____. **Modo Capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática. 1986.

_____. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo: AGB, 1981. Nº 58.

OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. O Campo no século XXI. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 40-70.

OLIVEIRA, T. C. M. **Agroindústria e reprodução do espaço** – Brasília: Ministério da Integração Nacional. Campo Grande, MS: Ed. UFMS. 2003.

RANGEL, I. **Obras reunidas I e II**. São Paulo: Contraponto, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. Ed. 1. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Milton Santos; 7).

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

VALLE, P. C. S. **A dinâmica do conhecimento entre os produtores da agricultura familiar no arranjo produtivo local da mandioca no Vale do Ivinhema**. Dissertação (mestrado). Universidade Católica de Dom Bosco, Campo Grande, 2006, 99p.

Recebido para publicação em 08/06/2012

Aceito para publicação em 12/09/2012